

TRAMA GOLPISTA

“Oficiais estão presos, isso é, de fato, inédito”

Nilmário Miranda, assessor da Defesa da Democracia do MDHC, destaca fase ímpar que o país vive, com militares de alta patente sendo alvo de busca e apreensão, e alguns, detidos

» EVANDRO ÉBOLI

Preso durante três anos pela ditadura militar, torturado e perseguido pelo regime de 1964, o ex-ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda classifica como “esdrúxula” a discussão se o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu grupo de auxiliares civis e fardados podem ser ou não ser julgados como protagonistas da tentativa de um novo golpe de Estado.

Para Nilmário, atual assessor especial da Defesa da Democracia, Memória e Verdade, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, esse debate não é novo e remete a episódios recentes da história, como o caso da explosão da bomba no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981.

Naquele dia, ocorria um show em celebração ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador, quando dois agentes do Doi-Codi, órgão criado para combater opositores da esquerda, planejavam explodir um artefato no local, onde artistas renomados se apresentavam. A bomba, porém, explodiu no interior do carro em que estavam os dois militares, um modelo Puma. Matou o sargento Guilherme do Rosário e feriu o capitão Wilson Machado, ambos do Exército. Machado, anos mais tarde, foi promovido a coronel.

A Justiça Federal no Rio aceitou a denúncia contra os seis acusados pelo Ministério Público Federal. Já o Superior Tribunal Militar (STM) entendeu que o caso estava coberto pela Lei da Anistia.

Outro episódio que o assessor especial da Defesa da Democracia associa a essa discussão de hoje também vem daquele período ditatorial. Foi quando um grupo de oficiais da Aeronáutica traçou um plano para assassinar líderes da oposição e explodir bombas em diversos locais, entre os quais, no Gasômetro, no Rio.

Um brigadeiro, João Paulo Burnier, estaria à frente dessa ação, que só não se concretizou porque um grupo de capitães se mobilizou contra. Destaque nessa resistência ao capitão Sérgio Miranda de Carvalho, conhecido por Sérgio Macaco, que denunciou a ação terrorista dos militares. O capitão, depois cassado pelo AI-5, é entendido por alguns historiadores como um herói.

Evandro Éboli/CB/DAPress



É esdrúxula essa discussão de que, se o golpe não se consumou, não é crime. (...) Por essa lógica, o atentado do Riocentro não teria sido crime, já que o objetivo dos agentes do Doi-Codi não se consumou”

Quatro perguntas para

NILMÁRIO MIRANDA, ASSESSOR DA DEFESA DA DEMOCRACIA DO MDHC

Como avalia essa discussão sobre se cabe punição ou não à mobilização de Jair Bolsonaro com seu grupo, apontado como ação que visava um golpe?

É esdrúxula essa discussão de que, se o golpe não se consumou, não é crime. O caso do Burnier (brigadeiro João Paulo Burnier, que idealizou um plano de eliminar esquerdistas e explodir o Gasômetro, no Rio): não fosse Sérgio Macaco (capitão Sérgio Carvalho, que denunciou a ação terrorista de direita de Burnier), o Gasômetro teria explodido. E, ainda assim, foi prejudicado. Era um herói. Ou seja, essa discussão, de punição ou não para tentativas de golpe, vem de antes. É histórica.

O senhor citou que, por esse mesmo raciocínio, a bomba no Riocentro não seria crime, já que não atingiu seu objetivo.

Sim. Por essa lógica, o atentado do Riocentro não teria sido crime, já que o objetivo dos agentes do Doi-Codi não se consumou. O sobrevivente da bomba chegou a ser promovido depois. É um precedente antigo no Brasil. Esse vínculo existe. O carrasco vira vítima. São de episódios assim que vem essa tradição de impunidade.

Como transportar para o dia de hoje o que o país passou em 2022?

Vivemos um momento inédito agora. Temos 16 oficiais da ativa acusados numa tentativa de um golpe de Estado, como apontou a investigação da Polícia Federal. É inédito,

repto. Posso estar enganado, mas os militares vão, de novo, reivindicar que, para pacificar o país, melhor que os generais e os outros oficiais não sejam punidos. Não existe isso na Constituição, de não serem punidos diante de tudo que fizeram. Eles se acham acima da lei e da ordem. Têm justiça própria. E quem testemunhou e não tomou atitude também tem responsabilidade.

Como comparar 1964 e agora?

Tivemos quase a volta da ditadura. Estamos revivendo a História. O filme todo volta. Com tudo o que ocorreu a partir de 1964, não tivemos oficiais punidos. Olha o que já aconteceu agora. Esses oficiais, vários generais, sendo alvo de busca e apreensão, outros estão presos. É, de fato, inédito.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Preservar as Forças Armadas faz bem à democracia

Recebi uma ligação de meu amigo Tibério Canuto, também jornalista, preocupado com a conjuntura. “Azedo, você não vai escrever sobre essa questão dos militares? O radicalismo dos que querem punição para os generais que supostamente se omitiram é um grave equívoco.” Estava mesmo refletindo sob o tema, porque a famosa gravação da reunião de Bolsonaro com seus ministros, em julho de 2022, foi divulgada quando iniciava minha folga de carnaval e, na edição de ontem, resolvi tratar do enredo da Viradouro. Devia aos leitores do **Correio Braziliense** e do *Estado de Minas* uma coluna sobre aquela reunião, que continua repercutindo.

Ex-cabo conscrito do Exército, preso na década de 1970 como dirigente da antiga Ação Popular Marxista-Leninista (APML), escalado nos anos em que cumpriu pena como subversivo na Ala F da Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, Tibério fez autocrítica do seu esquerdismo e se tornou um reformista moderado, à la Partidão. Vou resumir suas ponderações:

“É preciso valorizar a postura dos militares que não aderiram ao golpe. Especialmente a resistência do então comandante do Exército, general Gomes Freire, e o brigadeiro Batista Jr, comandante da Aeronáutica. O posicionamento do general Gomes Freire estava respaldado pela cadeia de comando. Mais importante: quem tinha poder para pôr tropa na rua não aderiu.

Não há golpe possível sem o apoio do Exército. Sem sua adesão, qualquer tentativa golpista está fadada ao fracasso. Ou a ser abortada antes de sua execução. Esse foi um forte fator para o fracasso do putsch bolsonarista do 8 de janeiro. Pouco importa para uma justa apreciação dos militares que mantiveram uma postura legalista se foi ditada pela pressão dos Estados Unidos ou por convicção. O fato objetivo é que não aderiram.

Ora, se Braga Netto soltou seus cachorros para cima do general Gomes Freire, acusando-o de ser o responsável pela não adesão das Forças Armadas ao golpe e de ser um “cagão”, é óbvio que o então comandante do Exército foi uma pedra no caminho da intencional bolsonarista. O mesmo vale para a apreciação do comandante da Aeronáutica, xingado de traidor pelo principal braço executor da tentativa de golpe, Braga Neto.

A equação é simples. Se os golpistas xingam os generais legalistas de “melancia” — verde por fora e vermelho por dentro —, compete aos democratas defender a postura dos militares com postos de comando que se mantiveram nos marcos da legalidade. E, sobretudo, preservar as Forças Armadas, como instituição.

Erradicar o golpismo

Tibério lembra que, no excelente documentário *A democracia resiste*, de Júlia Dualib, disponível no Globo Play, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, e seu secretário executivo e interventor do governo Lula nas Forças de Segurança de Brasília, Ricardo Cappelli, foram taxativos: “O golpe fracassou porque o Alto Comando das Forças Armadas foi legalista”.

Concordo em gênero, número e grau com Tibério. Há investigações da Polícia Federal em curso, o inquérito corre no âmbito da Justiça civil, o que é uma inédita mudança de paradigma, se considerarmos que os investigados são oficiais de alta patente, alguns na ativa ainda. No período em que governou o país, Jair Bolsonaro aproveitou-se da condição de “comandante Supremo” para dividir as Forças Armadas e seduzir seu alto comando, principalmente o do Exército. Prevaleceram os militares que não querem ver a instituição transformada em maíusculo uma milícia.

Se tem uma coisa que sempre perturbou a vida democrática do país é a anarquia nas Forças Armadas, com recorrentes indisciplina e quebra de hierarquia nas crises políticas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva será sábio ao não se pronunciar sobre o que acontece no âmbito da caserna. Devem prevalecer o devido processo legal e o princípio da presunção da inocência, mesmo para o ex-presidente Jair Bolsonaro, cujas intenções golpistas foram escancaradas na reunião ministerial. Para preservar a hierarquia e o respeito à Constituição, há o regimento disciplinar e o “almanaque” de promoções por antiguidade e merecimento.

Uma das causas do golpe militar de 1964 foi a quebra de hierarquia nas Forças Armadas, com a tentativa de articulação de um “dispositivo militar” que perpassava a cadeia de comando. Deu errado para o presidente João Goulart, Leonel Brizola, trabalhista, e Luís Carlos Prestes. Mas também deu errado para Juscelino Kubitschek (PSD) e Carlos Lacerda (UDN), entre outros políticos, que apoiaram o golpe, apostar na destituição do presidente da República. Como disse o senador Ernani do Amaral Peixoto, que era almirante, na sua autobiografia, o golpe de 1964 foi “a morte da política”.

Esquerda e direita no Brasil precisam fazer uma autocrítica definitiva em relação ao golpismo. É um tremendo equívoco defender um ajuste de contas com os militares que supostamente se omitiram, o silêncio deles valeu muito mais do que os palavrões de Bolsonaro e os comentários de Braga Netto, que fugiram aos padrões de camaradagem e lealdade que devem prevalecer nas casernas. O golpismo no Brasil, historicamente, não é monopólio de ninguém. É uma praga que precisa ser erradicada da política. O meio de fazê-lo é fortalecer as instituições do Estado Democrático brasileiro e apartar as Forças Armadas das disputas pelo poder político. Quem quiser fazer política, que deixe o serviço ativo, definitivamente. Isso deveria valer também para policiais militares e civis.

Entidade de diplomatas repudia reunião

A Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB/Sindical) se posicionou sobre a reunião golpista comandada por Jair Bolsonaro, em julho de 2022, a três meses das eleições. Sem citar os três diplomatas — dois embaixadores e um conselheiro — que estavam no encontro, no Palácio do Planalto, a entidade afirma “repudiar” movimentos que subvertem o Estado de Direito. A presença dos três representantes do Ministério das Relações Exteriores foi revelada na edição de ontem do **Correio**. Eles hoje ocupam funções no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros vem a público reafirmar seu repúdio a movimentos destinados a subverter a ordem democrática e os princípios do Estado de Direito”, diz nota.

A entidade informou, ainda, que acompanha a apuração, feita pela Polícia Federal e corroborada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A ADB/Sindical acompanha a investigação e a apuração de possível utilização de estruturas de Estado para o planejamento de atos antidemocráticos,

Reprodução/Video



O vídeo da reunião de 5 de julho de 2022 integra a investigação da PF

em cumprimento aos preceitos constitucionais e observado o devido processo legal”, ressalta.

Na reunião de 5 de julho de 2022, o embaixador Fernando Simas Magalhães, então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, estava na mesa principal. Ele representava o chanceler Carlos França, que estava fora do país, e não usou a palavra. Simas foi designado

embaixador do Brasil em Haia pelo atual governo.

Também acompanhou a reunião o embaixador André Chermont de Lima, que era o chefe do cerimonial da Presidência. No vídeo, ele aparece em pé num dos cantos da sala. Bolsonaro faz uma citação a seu nome ao anunciar que chamaria os embaixadores para um encontro e falaria sobre o sistema eleitoral do país — o

que ocorreu 13 dias depois. “Já acertei com o Chermont para falar com o (ministro) França. Na quinta-feira, vou reunir os embaixadores no Alvorada”, afirmou o então chefe do Executivo.

Esse evento com os embaixadores foi a razão de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter condenado Bolsonaro à inelegibilidade por oito anos — julgamento que ocorreu em junho de 2023. No governo Lula, Chermont assumiu o posto de conselheiro-geral em Tóquio, no Japão.

O terceiro nome do Itamaraty presente na reunião de julho de 2022 é o conselheiro Comarci Nunes. Estava sentado numa das laterais da sala. Na época, era o primeiro-secretário do ministério e acompanhava Simas no encontro. O conselheiro está lotado hoje na área de imprensa da pasta.

O **Correio** questionou o Itamaraty se foi adotada alguma medida após a revelação de que os três participaram da reunião ou se buscou informações sobre as presenças dos diplomatas naquele encontro, mas não obteve resposta. Comarci Nunes informou que era o primeiro-secretário e que apenas acompanhou Simas porque era seu assessor. (EE)